

A Questão Ambiental e a Nova Geopolítica das Nações: Impactos e Pressões sobre a Amazônia Brasileira

Environmental Issues and the New Geopolitics of Nations: Impacts and Pressures on the Brazilian Amazon

Marcelo Campelloⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas que ultrapassam o caráter ecológico. Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados e os países periféricos, que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas corporações econômicas e organizações político-sociais, de impor ao restante do mundo padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Para tanto, fez-se uma leitura das pressões e ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal. Constatou-se que não há, contudo, críticas tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental. A sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

Palavras-chave: Geopolítica; Questão ambiental; Amazônia; Desenvolvimento Regional.

Abstract: In recent decades, environmental issues have become key topics for discussing the Interstate Capitalist System for reasons of a political and ideological nature that go beyond ecology. In the relationship between the advanced industrialized countries and peripheral countries the former, as represented by their economic corporations and socio-political organizations, try to impose on the rest of the world new patterns of economic development, such as sustainable development and green economy. This perspective sheds light on pressures and ambiguities present in environmental politics for the Brazilian Amazon within the current Interstate Capitalist System. It argued here that when one looks beyond the rhetoric little has actually changed in the Western development model. The sustainability demanded by the global community for the Amazon, is anchored solely in the environmental and climate dimension and does not take the regional population into account thus ignoring their economic difficulties and environmental relationships. Without doubt the Amazon has become a global ecological symbol but the question is for whom?

Keywords: Geopolitics; Environmental Issues; Amazon; Regional Development.

ⁱ Mestre em Economia Política Internacional (IE/UFRJ) e Professor de Geografia do Colégio Aplicação da UFRJ. campellogeo@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas diferentes. Por um lado, no mundo contemporâneo, proliferam estudos científicos ecológicos difundidos por diferentes vozes, que afirmam que o aumento da escala de ação humana no planeta levou à ciência a nos reconhecer como uma força geofísica com elevado poder de transformação da ordem natural do meio e que, por causa dos crescentes impactos antrópicos “ecoagressivos” à Terra, o futuro da humanidade está em risco. A outra motivação, justificativa teórica deste artigo, colocou o meio ambiente no centro de um debate geopolítico global e surge por razões que ultrapassam o caráter ecológico. A questão ambiental tornou-se, também, um tema geopolítico transdisciplinar com importante relevância na agenda de Estados nacionais e de atores econômicos, sobretudo políticos com influência global.

Propõe-se brevemente, neste artigo, apresentar a hipótese de uma imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos emergentes em uma ordem mundial baseada em múltiplos polos de poder econômico –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de “ambientalização”.

A região, por um lado, apresenta sérios riscos de sofrer ingerências externas por meio de uma “onda” global de mecanismos e ideologias que buscam reconhecê-la como a principal portadora da biodiversidade e com papel decisivo na regulação climática do planeta. Por outro lado, o Estado brasileiro poderia aproveitar esta oportunidade política e incentivar um pleno desenvolvimento amazônico, pautado no conhecimento da natureza, algo que não vem sendo feito, para fortalecer o interesse e a presença nacional e também a soberania de outros Estados nacionais que compõem a bacia.

O Brasil poderia, assim, ser uma voz ativa e uma nova liderança mundial em um cenário diplomático repleto de paradoxos e contradições políticas de um futuro que já se faz presente. Além disso, tais ações poderiam representar os pilares para um padrão de desenvolvimento autônomo e de integração regional sob a liderança política do Brasil.

A Questão Ambiental como Paradigma Geopolítico

Os primórdios dos movimentos ecológicos e da discussão ambientalista sob uma perspectiva geopolítica confundem-se com as primeiras reuniões engendradas pelo Clube de Roma, na década de 1960. O Relatório *The Limits of Growth*, de 1972, foi o embrião das discussões sobre a relação homem e o ambiente, na qual se abordou a situação presente e o futuro dos homens. Esse relatório, em uma perspectiva neomalthusiana, apontou elementos limitantes ao crescimento dos países relacionados a cinco pontos centrais: i) crescimento demográfico; ii) produção alimentar; iii) ritmo de crescimento industrial; iv) níveis de poluição; v) e consumo de recursos naturais (MEADOWS *et al.*, 1972). A ecologia tornou-se uma preocupação global no desenrolar dessa discussão durante esse contexto, especificamente na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Não por acaso, essa discussão veio à tona em uma conjuntura de estagnação e recessão econômica dos países centrais pós-crise de 1973 e 1979, período em que alguns países periféricos revelavam-se como ameaças aos interesses do bloco hegemônico. O meio ambiente por meio de um processo descrito como “ambientalização” já aflora como uma estratégia política na agenda global dos Estados nacionais.

Após algumas décadas do surgimento deste debate, sobretudo com as diversas Conferências das Nações Unidas Sobre a Temática, como as de 1972, 1992 e 2012, os pressupostos ideológicos lançados pelas grandes potências não questionam a essência do capitalismo e elegem a tecnologia como a ferramenta salvadora do planeta, podendo perpetuar a divisão internacional do trabalho. A tecnologia, condição necessária para uma economia de baixo carbono, pode minimizar de maneira significativa o antropogênico global, mas não resolve.

Becker (1992) ao revelar que a questão ecológica é tecnológica, geopolítica e, conseqüentemente, ideológica, já temia o processo de *apartheid* tecnológico, que poderia acentuar a nova ordem mundial simbolizada pela oposição Norte/Sul.

Uma das mais importantes questões políticas no final do século tende a ser, portanto, a acentuação das desigualdades entre centros e periferias. Na medida em que a disputa Leste/Oeste desaparece, o mundo passa a ser dividido entre o rápido e o lento a partir da posse do conhecimento científico e das redes de comunicação. Trata-se da era do *apartheid* tecnológico (BECKER, 1992, p. 192).

As estratégias de poder e a mercantilização dos elementos da natureza fazem parte de um “jogo” denominado Porto-Gonçalves (2006) como “geopolítica da biodiversidade”. Tais mecanismos regulatórios e conceitos portadores de verdades “universais”, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde, devem ser inseridos na lógica de construção de um neoliberalismo de caráter ambiental. O mesmo autor, ao relacionar a ligação entre tecnologia, poder e meio ambiente, aponta como as implicações da privatização do mundo da ciência e da técnica repercutem na estreita relação entre o grande capital e os líderes na esfera política mundial. A mercantilização dos elementos da natureza por meio de mercados fictícios em bolsas de valores e o controle de patentes “tecnológico(s)” por corporações de nações poderosas vêm contribuindo para a persistência do abismo existente entre o centro e a periferia na atual conjuntura global.

Na virada do milênio inicia-se o uso do capital natural reservado na década de 1990, acentuando-se a vertente da acumulação em contraposição à vertente capitalista. Observa-se um processo de mercantilização de elementos da natureza transformados em mercadorias fictícias, pois não foram produzidas para venda no mercado – que geram mercados reais, cuja regulação está em curso nos grandes fóruns globais (BECKER, 2005, p. 36).

A revolução tecnocientífica reconfigurou o sistema interestatal capitalista e o colocou em sua fase globalizante e monopolista-financeira. Como forma de recuperar o sistema de uma crise financeira do modelo neoliberal, pretende-se, também, mercantilizar

os elementos da natureza, inclusive por uma nova solução promovida pelo mundo corporativo atendendo pelo nome de economia verde (CALDAS e QUINTELA, 2011).

Seguindo essa perspectiva analítica, a questão ambiental passa a ser uma ferramenta política utilizada por países centrais, organizações multilaterais e corporações econômicas. A partir do interesse econômico-nacionalista, Caldas e Quintela (*Op. Cit.*), colocam:

De fato, é impressionante a capacidade criativa que as grandes empresas e instituições financeiras têm de se reinventar e auferir ainda mais lucros nos momentos de instabilidade política, de grandes tragédias sociais e catástrofes naturais (CALDAS e QUINTELA, 2011, p. 16).

A privatização e financeirização da natureza não surgem de uma vontade explícita de transformação do modelo de organização socioeconômica no qual vivemos há séculos. Pelo contrário, por meio de mecanismos regulatórios como o “mercado de crédito de carbono” e o REDD (*Reduced Emissions for Deforestation and Degradation*), a já díspar divisão internacional do trabalho pode ser agravada e os impactos antrópicos serem, agora, legitimados e exclusivos daqueles que podem pagar pelo direito de poluir em favor do bem-estar social de uma minoria do planeta. Quando, na verdade, o modelo de desenvolvimento sustentável deveria se afirmar por meio do pagamento de quem polui e, principalmente, de quem já poluiu!

O REDD, por exemplo, não só mantém como contribui para aumentar os processos de apropriação destrutiva da natureza e de destruição de sua organização ecológica.

Os mecanismos de pressão idealizados pelos principais atores e líderes do sistema interestatal capitalista atuam sob uma falsa bandeira ecológica e possuem interesses implícitos dos Estados-economias nacionais que lideram o sistema há séculos. Tais ações tornarão os países subdesenvolvidos e, principalmente, as camadas mais oprimidas de suas populações, como os povos indígenas, camponeses e outras populações tradicionais, fornecedores de um novo tipo de trabalho remunerado (CALDAS e QUINTELA, 2011, p. 16). Suas florestas e reservas naturais, imobilizadas para absorver gases emissores de efeito estufa (GEEs), virarão uma mercadoria, e a natureza, elemento estratégico no novo biocapitalismo baseado na genética, um serviço ambiental aos países centrais.

Sob a égide do chamado “desenvolvimento sustentável”, esse “esverdeamento” do capitalismo está diretamente relacionado ao aumento exponencial da apropriação dos recursos naturais, da expropriação de pessoas e comunidades de suas terras e territórios e, finalmente, da exploração de agricultores e comunidades tradicionais, que, mediante contratos públicos ou privados, passam então a ser considerados “prestadores de serviços ambientais” (CALDAS e QUINTELA, 2011, p. 16).

A Amazônia como Símbolo Ecológico Global

A maior floresta tropical, a maior fonte de água doce, a maior biodiversidade, muito se fala da Amazônia como bioma, como fonte de riqueza natural e diversidade ecológica. Intensa bibliografia e literatura abarcam esta temática. Todavia, as especificidades

internas amazônicas e a invisibilidade das questões socioeconômicas, no meio urbano e no meio rural, são pouco debatidas na pesquisa acadêmica e nos grandes fóruns políticos e ambientais globais.

Quando abordamos a questão ecológica na Amazônia, a desideologização do meio ambiente como algo utópico é uma premissa. A visão ambientalista dominante coloca a Amazônia – o bioma – como guardião do futuro climático mundial. Não se pode negar a importância da Amazônia como patrimônio natural e cultural da humanidade, mas há que se pensar a região de forma crítica, para observar que, nela, a maioria da população vive em péssimas condições, inclusive sanitárias e ambientais, o que repercute negativamente em sua economia, no padrão de vida de seus habitantes e, principalmente, na saúde da população, além de contribuir para um círculo vicioso de impactos ao próprio ambiente.

Com o latente questionamento acerca do aquecimento global e das mudanças climáticas, além da possível escassez futura de água potável, uma diversidade de atores e grupos, nacionais e internacionais, lutam pela defesa da região em uma visão estritamente utópica e sem levar em consideração as especificidades regionais, as distintas realidades dos países amazônicos e, muito menos, de seus habitantes.

A partir de análises produzidas em Campello (2011) em relação ao espaço ambiental urbano amazônico, constatou-se que a disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura sanitária fornece indicadores importantes a respeito da qualidade de vida da população, pois as condições de saneamento interferem diretamente nos impactos causados na saúde pública e no ambiente das cidades regionais. Tais contradições, de certa forma, são invisíveis aos olhos dos mesmos atores que lutam pelo meio ambiente com objetivos circunscritos em uma consciência-ecológica “primeiro-mundista” e tampouco por aqueles com interesses voltados à mercantilização e apropriação dos elementos da natureza.

A Amazônia é extremamente diversificada do ponto de vista ecológico, social e ambiental, e a compreensão de seu espaço como algo homogêneo é um entrave às políticas públicas e ao pleno desenvolvimento. As questões relativas à Amazônia são complexas, por ser ela uma região que carrega consigo mitos e dilemas que perduram da era colonial até os dias de hoje, agravados, principalmente, em decorrência dos seus processos históricos, políticos e econômicos, e, no mundo contemporâneo, por fatores que extrapolam a ecologia legítima.

Por tudo isso, falar em meio ambiente no território de maior biodiversidade global é contraditório. Como aceitar que há escassez de água potável em cidades inseridas na Bacia Amazônica? No caso nacional, muitas dessas cidades ainda possuem os piores números na questão do abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, de internações por malária, e de doenças veiculadas pela água, como as diarreias. Apesar da relativa melhora em alguns pontos, ainda possuem números que correspondem à alta taxa de mortalidade infantil, além de outros indicadores relacionados ao saneamento básico e ambiental e à saúde pública (CAMPELLO, *Op. Cit.*).

A região, para alguns, é um espaço geopolítico estratégico como regulador das possíveis mudanças climáticas e, para outros, uma fronteira econômica amplamente cobiçada pelas metrópoles brasileiras e por potências e corporações internacionais.

Szwarcwald *et al.* (1992) sustentam que a preocupação com o futuro comum do planeta e a almejada sustentabilidade não passam de uma retórica, se antes não enfrentarmos, com seriedade, a situação de penúria em que se encontram dois terços da

humanidade, e no caso brasileiro, parte considerável da população, principalmente dos complexos regionais Nordeste e da Amazônia, recorte espacial de análise em questão.

A modernização perversa no Brasil teve e ainda tem impactos na reprodução humana das camadas mais oprimidas da população, sobretudo das regiões mais pobres do país (GIFFIN, 1992). Na Amazônia, o processo de ocupação a partir de uma economia de fronteira e do predomínio de tipos de atividades econômicas predatórias decorrentes das necessidades do mercado externo são fatores que devem ser considerados para entender a urgente questão ambiental, ou melhor, socioambiental, que aflige verdadeiramente a região e os seus habitantes. Além disso, o processo de concentração de terra e renda no espaço agrário gerou processos de urbanização acelerados e excludentes que, dentre outros impactos, trouxeram para o espaço amazônico um fenômeno conhecido como a 'urbanização da pobreza' e deterioração da qualidade de vida (MACHADO *et al.*, 2008; BECKER e EGLER, 1992).

A sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional, muito menos suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. Os interesses implicitamente colocados na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista estão voltados para o capitalismo globalizante neoliberal. Hess (2007, p. 22) insinua que "muitas vezes as elites econômicas e políticas veem suas ações como representando os melhores interesses da sociedade".

Sustentabilidade é sustentar ao máximo, ao longo do tempo, não somente os recursos econômicos, mas também os valores ambientais, sociais, culturais e, sobretudo éticos, conforme sugere Nogueira-Neto (1994).

Desse modo, para entendermos como a Amazônia se transformou em símbolo ecológico, é preciso remontar a meados do século passado.

Becker (2010) assinala que:

A partir dos 1970 a revolução científico-tecnológica valorizou duplamente a natureza amazônica, como capital natural e como condição de sobrevivência do planeta. Ao mesmo tempo, a crescente velocidade e a incerteza dos processos globais tornam difícil discernir o significado efetivo dos projetos propostos para seu desenvolvimento. A difusão ampla e veloz dos perigos do aquecimento global e da economia verde como uma solução, dificultam uma reflexão maior sobre o interesse nacional e regional na adoção dessas proposições (BECKER, 2010, p. 1).

Somente depois da década de 1970, por meio de uma mudança de contexto geopolítico e também pela luta e o "empate" dos seringueiros pela preservação de seu modo de vida baseado na exploração sustentável dos recursos florestais, liderados por Chico Mendes, que a atenção da comunidade internacional voltou-se aos sangrentos conflitos pela posse da terra (grileiros x posseiros) e no avanço cada vez maior da agropecuária nos moldes da *plantation* e da extração ilegal de madeira. Nos anos 1980, em face da escala de grandes projetos, inclusive madeireiros, que atuavam diretamente sobre vastas extensões de florestas, foram atingidas diretamente as comunidades indígenas e extrativistas. A região, ainda na década de 1980, tornou-se cenário para as discussões ambientalistas pela preservação das florestas tropicais.

Observa-se que a natureza, desde então, foi dissociada da sociedade, e as cidades e os homens como que situados fora do meio ambiente. A questão ambiental surge, portanto, como um tema político e, nessa perspectiva, a vida dos amazônidas e as mazelas sociais regionais não mereceram tanta ênfase.

Szwarcwald *et al.* (1992, p. 251), apontam que a “consciência da preservação ecológica só pode ser interiorizada e reproduzida quando as sociedades e, em particular, os indivíduos que a compõem se sentirem atores na construção de uma ordem social que os considere e os inclua”. As características da utopia ambiental ora em voga excluem as camadas mais pobres e os países periféricos da sociedade de consumo em nome do bem-estar global que, contraditoriamente, não os atinge.

Certamente, é preciso conter o desflorestamento que exerce impactos negativos na saúde da população e nas possibilidades econômicas futuras da Amazônia, que perde os serviços de saúde que os ecossistemas podem oferecer, como a cura de doenças e tratamentos fitoterápicos, e sofre os efeitos da poluição e vinda de vetores e pragas para o ambiente urbano. O mero ambientalismo “fundamentalista” não protege a natureza, tampouco impede o avanço das *commodities*, que na lógica de economia de fronteira, derruba florestas e dá lugar a pastos, especulação e conflitos fundiários, inaugurando o apogeu do agronegócio na política nacional (como a polêmica do *Código Florestal* no Congresso Nacional que se arrastou durante anos).

A ideia de defesa das florestas tropicais, em especial da Amazônia, reside em sua dupla função. De pé, ela retém GEEs, tornando-se um verdadeiro sumidouro de carbono; e se for derrubada e queimada, pelo contrário, constitui-se em forte emissora desses gases (BECKER, 2010). Não se pode negar a importância da luta ambientalista, mas é impossível controlar e evitar o uso da terra em tão gigantesca região sem criar alternativas econômicas viáveis que forneçam perspectivas e geração de renda para a população. É de fundamental importância o debate sobre novas propostas para a preservação do patrimônio natural da Amazônia, mas com o pensamento que considere, além de determinados aspectos do bioma, a questão social evidenciada pelo fato de que a Amazônia brasileira abriga em seu interior vinte e cinco milhões de habitantes, dos quais mais de 70% vivem em cidades.

A visão dominante ambientalista, além de não levar em conta os danos ambientais históricos dos países centrais sobre os recursos naturais e a saúde humana, torna-se uma imposição estratégica aos países periféricos e emergentes. Tal pressão ainda não revelou sua verdadeira face: ingerência externa, pacto climático, interesse nos recursos naturais e culturais.

O Mercado de Carbono e o REDD são exemplos de pressões políticas insustentáveis do ponto de vista político, socioeconômico e, principalmente, ambiental. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, isso representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa aos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros, que podem poluir ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema; apenas coloca limitações de crescimento aos mais pobres. Becker (2011b) complementa que a proposta REDD mantém as florestas improdutivas, envolve as florestas nativas, não possui clareza quanto a quem

recebe o financiamento e não atinge as causas do desflorestamento, isto é, a mudança no padrão de produção e consumo do sistema interestatal capitalista.

Sendo a Amazônia alvo de interesses de muitos países, corporações e pessoas externas à região, caberia ao Brasil, como maior detentor desse bioma, identificar os problemas regionais e propor soluções que viabilizassem o seu desenvolvimento. Entretanto, o desenvolvimento sustentável que se pretende para a Amazônia deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de setores da economia, como um desenvolvimento tecnocientífico das estruturas produtivas aliado às melhorias sociais e à universalidade da saúde, que envolve também o acesso à cultura e a representação política em consonância e harmonia com o meio ambiente. Assim sendo, tal desenvolvimento deve ser condicionado para a melhoria nas condições de vida dos verdadeiros protetores da floresta, a população regional. Contudo, diversos conflitos de interesses dificultam a utilização de concepções e ações adequadas para esse desenvolvimento regional (BECKER, 2005).

É preciso definir um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia, que considere não só a dimensão ambiental, mas também o problema social. Além disso, “A Amazônia já é verde. Precisa mesmo é de uma base econômica que assim a mantenha” (BECKER, 2011a). Em outras palavras, a defesa da floresta apenas funcionará com base em atividades produtivas que valorizem e utilizem o patrimônio natural e cultural regional.

Pois, independentemente dos interesses externos na região, evitar o desflorestamento é necessário, pois a floresta recicla mais da metade da água que circula no ecossistema regional (que contém 20% de água doce do planeta), representa 50 bilhões de toneladas de carbono e contém boa parte das espécies conhecidas no mundo. Seu potencial econômico é imenso e o desflorestamento, de fato, é o “suicídio” do bioma.

Algumas questões que permeiam o debate ambientalista global são colocadas a seguir.

A ênfase no desflorestamento, decorrente do receio que a destruição significará perda da biodiversidade e efeito estufa, é uma prioridade dos países desenvolvidos – bem diversa da nossa. O conflito de prioridades revela a complexidade da questão ambiental. Ela não envolve apenas a questão ecológica, mas também a ideologia ecológica; não envolve apenas a gestão autoritária do território nacional, mas também interesses associados às rápidas transformações no cenário internacional, que configuram uma questão tecno(eco)lógica e conferem à Amazônia uma posição de área crítica no contexto geopolítico mundial (BECKER, 1992, p. 143).

O conceito dominante de desenvolvimento sustentável extremamente abstrato é, por isso, amplamente difundido na academia e no público em geral. O Relatório Brundtland *et al.* (1987) o define como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. A noção de sustentabilidade deveria ser ampliada para algo que ultrapasse os aspectos econômico e energético e envolva a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, sem colocar em risco a sobrevivência humana no planeta.

A Amazônia precisa ter um caminho autônomo para o desenvolvimento. Não há um modelo ou estratégia únicos, mas apenas princípios básicos: poupar recursos eliminando desperdício, articulação insumo-produto na produção, valorização da diferença para

obter complementaridade, envolvimento da população no processo (BECKER, 2011b). Esse tipo de desenvolvimento deve ser produtivo.

Há conhecimento e produção suficientes para alcançarmos de fato uma “aldeia global”, no entanto, no atual modelo de desenvolvimento não há distribuição alguma das benesses do capitalismo. Com a globalização perversa, alguns, para continuarem em posição de destaque, necessitam da exploração de populações e de territórios alheios, das diferenças de oportunidades e de consumo, e da perpetuação da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000).

As pressões sobre a região atuam por meio de diferentes meios. Atuam através do discurso da desestatização, de uma complexa relação de ONGs com objetivos ecológicos suspeitos, da relação duvidosa de grupos empresariais com a mídia, da imposição do modo de uso dos territórios nacionais, da retração de crédito das principais organizações financeiras globais para projetos considerados “poluentes” etc. Sobre os riscos associados às tais imposições, Becker (1992) assinala que:

A questão tecno(ecol)ógica é, antes de tudo, uma questão nacional. O ponto de partida para enfrentá-la é reconhecer e reafirmar que a Amazônia não é a Antártida – parcelada pelas grandes potências mundiais –, ela é o patrimônio essencial da nação brasileira (BECKER, 1992, p. 193).

A globalização colocou o desafio ecológico como questão de sobrevivência da humanidade, e a Amazônia é um símbolo desse desafio. Entretanto, a questão amazônica é social, e aceitar as imposições “ambientalistas” oriundas do “Norte” é retirar mais da metade do território produtivo nacional e consolidar a pobreza na região. O Brasil é uma potência média semiperiférica, posição alcançada com altos custos ambientais e sociais. É, portanto, injustificável negar à sociedade brasileira o direito ao uso dos seus recursos e ao produto do seu trabalho acumulado, vitais para a redinamização de sua economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Como os países amazônicos podem, de uma maneira soberana, buscar a simbiose de um modelo que utilize o biovalor como estratégia de desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos? A estratégia pode ser a de tornar a floresta um laboratório vivo e avançado em ciência, tecnologia e inovação (CT/I), com foco na cura de doenças, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos. O futuro do capitalismo se reconfigura em sua forma “bio”, isto é, como biocapitalismo. Com a concorrência interestatal em CT/I, o biocapital poderá abrir possibilidades de extração de biovalor e uma tentativa de reinvenção do capitalismo. É com base nessa perspectiva que Acero (2011) argumenta que, com o sistema de patentes cada vez mais se tornando uma ferramenta estratégica, o biocapital se expande para todos os âmbitos da produção e da reprodução social.

Mota (2006), por sua vez, sustenta que a valorização de recursos naturais resume-se em um conjunto de métodos úteis para mensurar os benefícios proporcionados pelos ativos naturais e ambientais, os quais se referem aos fluxos de bens e serviços oferecidos pela natureza às atividades econômicas e humanas.

Na perspectiva de valorização de uma economia verde autônoma para a Amazônia, conciliar o aproveitamento econômico com a sustentabilidade ambiental é um dos

grandes desafios da sociedade e do Estado brasileiro. Para a região, a valoração econômica dos recursos naturais é a estratégia de defesa de sua própria natureza.

A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem? Os habitantes da região, sobretudo das cidades amazônicas, e não os “palestrantes e gestores do Norte”, são os que mais sentem a verdadeira questão ambiental que atinge o bioma, principalmente pela omissão ou pelas tentativas desastrosas de ocupar, povoar e dinamizar a região patrocinadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Inegavelmente, conter o desflorestamento deve ser uma política de Estado, mas a não utilização do patrimônio natural e a privatização de grandes áreas florestais em troca de “créditos de carbono” obtidos pela mercantilização e financeirização dos elementos da natureza pode ser um risco gigantesco para o país. Risco pelas tentativas de apropriação do banco genético regional e por perdermos uma oportunidade de investir em uma “moderna economia florestal” baseada no conhecimento da natureza e em investimentos em P&D e em CT/I. E também pela omissão política por manter milhões de pessoas e a maior parcela do território brasileiro em uma “eterna” condição, sob o *status* de periferia nacional.

Um Desenvolvimento Autônomo para a Amazônia como Resposta ao Ambientalismo Político

A Amazônia necessita urgentemente de um padrão de desenvolvimento regional que possa alterar a dinâmica econômica dominante baseada na exploração predatória de recursos naturais e fornecer aos seus habitantes os benefícios e as inúmeras possibilidades de utilização de seu patrimônio natural de uma maneira autônoma e integrando processos políticos comuns por meio da inauguração de uma escala de ação nacional-continental.

A utilização dos recursos naturais por meio de métodos racionais, a valorização de cadeias produtivas das populações tradicionais e a formação de novos processos econômicos que levem em conta as especificidades naturais da Amazônia podem, por um lado, garantir a sustentabilidade da floresta e, por outro, evitar ingerências externas sobre a região sob um discurso amplamente contraditório. A contradição se instala pela promulgação de padrões de desenvolvimento pré-concebidos em fóruns globais pelos principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista que visam à mercantilização dos elementos da natureza e à “solução” dos problemas ecológicos, sobretudo nos resquícios de biodiversidade global presentes nos países periféricos e semiperiféricos, pelo domínio de tecnologias “verdes”, da imobilização de grandes espaços naturais e da possibilidade de apropriação do patrimônio genético regional pelas grandes corporações econômicas dentro de um contexto capitalista de “neoliberalismo ambiental”.

A imobilização do patrimônio natural não corresponderá à “solução” dos problemas ecológicos da região. A criação de parques e reservas naturais pode ser um meio fundamental para a manutenção de pontos da biodiversidade, mas não solucionam a questão socioeconômica e ambiental que atinge a Amazônia e seus habitantes. Faz-se necessário implantar modelos produtivos que aproveitem as vantagens naturais e o conhecimento

das populações tradicionais e criar mecanismos políticos que modifiquem a histórica estrutura produtiva conservadora e “ecoagressiva” da região.

A simples imobilização de grandes reservas florestais reduzirá as possibilidades de utilização da grande biodiversidade regional, que se constitui como um dos grandes trunfos de um sistema capitalista “esverdeado”, e não trará benefícios profundos aos amazônidas e ao bioma. A região precisa de uma base econômica que sustente a floresta em pé, agregue valor aos seus produtos e distribua os benefícios de sua utilização à população regional (BECKER, 2011b).

Entretanto, as práticas históricas “ecoagressivas” patrocinadas pelo Estado brasileiro sobre a Amazônia revelam a falta de capacidade de lidar com tão complexa região, tornando o bioma vulnerável aos impactos antrópicos e fornecendo elementos para a crítica de um discurso “ecológico” vazio, que não questiona o próprio modelo capitalista de produção e de organização social, e dando margem, também, às ingerências políticas globais sob um pretexto da ameaça das mudanças climáticas. As próprias mercadorias do modelo agroexportador brasileiro, baseado em uma economia de fronteira, são produzidas por métodos arcaicos e de relações capitalistas de trabalho que perpetuam as desigualdades.

O futuro ecológico da Amazônia e o desenvolvimento socioeconômico da maior parte da população regional, que não estão incluídos no modelo econômico predatório vigente, dependem de uma nova forma de inserção da Amazônia na economia-mundo. Desenvolver o patrimônio natural ou explorar o território no ritmo do agronegócio e na exportação de *commodities*? Repensar a forma de utilização do patrimônio natural amazônico como estratégia de defesa e soberania nacional-continental, e a promoção de justiça socioambiental à população, constituem-se como os principais desafios para a região.

A Utilização do Patrimônio Natural como Estratégia de Defesa e Desenvolvimento para a Amazônia

Nas últimas décadas, a disputa por recursos naturais travadas por grandes conglomerados internacionais e nacionais, a demanda por *commodities* e a utopia ecológica polarizaram a discussão sobre o futuro da região.

Na passagem do milênio e com a emergência da ameaça das mudanças climáticas, introduziram-se a biodiversidade e os serviços ambientais como elementos de um novo modelo (BECKER, 2007). Trata-se de uma novidade histórica que valoriza as funções dos ecossistemas e não mais apenas sua estrutura, sinalizando para o novo modo de produzir baseado na informação e no conhecimento como fonte de riqueza, capaz de utilizar sem vilipendiar o patrimônio natural (BECKER, 2009).

Becker (2001; 2005) resgata Polanyi (1944/1980) e aponta a mercantilização da natureza como a novidade histórica e a grande transformação do nosso tempo. Os serviços que a natureza pode oferecer são colocados no mercado (mercado do carbono, mercado do ar, mercado da água etc.) como mercadorias fictícias buscando, principalmente, a redução de emissões de gases do efeito estufa, a regulação climática e a manutenção da biodiversidade e da função das florestas tropicais.

Na visão deste trabalho, tal discussão encabeçada, sobretudo pelo mecanismo REDD e pelo mercado do carbono, não pode ser desprezada, mas não seria a melhor e nem a única solução para os amazônidas, que são os verdadeiros protetores do bioma. Ambos se mostram incapazes de alavancar o desenvolvimento regional autônomo e de garantir a defesa do patrimônio natural. Além disso, corre-se o risco de ingerência externa e privatização (e imobilização) de grandes áreas florestais.

A população tradicional da Amazônia – nações indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores – ficaria à margem do processo de acumulação de riqueza. O pagamento pelo direito de poluir manteria as históricas desigualdades fundiárias na região. Isto é, seria uma premiação ao modelo latifundiário.

A valoração econômica pode ser uma estratégia de defesa do capital natural (MOTA, 2006), mas é preciso conciliar também o aproveitamento de cadeias produtivas a partir do conhecimento tradicional dos diferentes grupos culturais da região, além de inserir a população nesse processo, buscando a promoção do bem-estar e da justiça socioambiental.

Buscar um modelo que utilize a natureza como estratégia de defesa e desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos é uma das formas de modificar as pressões mercantilistas, ideológicas e utópicas sobre a região. Os Estados nacionais que estão inseridos na Bacia Amazônica devem ter o controle deste território e serem os principais agentes de transformação. O conhecimento e o inventário dos bens e serviços que a natureza pode oferecer têm de ser uma política pública de Estado, independentemente da natureza do governo. O patrimônio natural, hoje, é um valor estratégico e, por essa razão, deve ser parte do interesse nacional-continental, já que o desenvolvimento regional depende de ações conjuntas e complementares dos Estados nacionais.

A estratégia pode ser a de tornar a floresta um “laboratório vivo” e CT/I, com foco na cura das próprias doenças e enfermidades que afligem a população regional, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos, inclusive com a criação de uma empresa pública plurinacional sul-americana no setor farmacêutico.

Como uma importante inovação institucional, a criação de empresas interestaduais de gestão conjunta dos países amazônicos para a questão do desenvolvimento do patrimônio natural é uma das alternativas viáveis a serem discutidas na atual conjuntura global ambientalista com foco e pressões sobre a Amazônia. Uma das premissas para isso seria a criação de universidades em áreas de fronteira para formar mão de obra qualificada em uma região continental tão carente de infraestrutura física e de pessoal. A criação de tecnopolos, *company towns* e empresas estratégicas incentivaria a vinda de outras, que aproveitariam as vantagens locais e naturais do território.

O conhecimento regional deveria ser preservado e explorado pela ciência e tecnologia (dos Estados nacionais) na criação de produtos extrativistas para produção de fármacos, fitoterápicos, cosméticos, alta gastronomia, artesanato, arte etc., agregando valor à produção regional e formando cadeias produtivas locais competitivas, inclusive com a distribuição de *royalties* pela utilização desse conhecimento.

Qualquer que seja o resultado do debate sobre o modelo de desenvolvimento e/ou de preservação em andamento, sabe-se que hoje os custos ecológicos e socioeconômicos do modelo atual recaem sobre grupos populacionais que não participam dos

benefícios decorrentes da imensa acumulação de riquezas do modelo exportador de *commodities* agrícolas e minerais, tampouco da privatização de milhões de hectares de florestas em proveito de grandes conglomerados empresariais externos à região e de especuladores do mercado financeiro.

O desenvolvimento deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de determinados setores da economia. Precisaria ser um desenvolvimento econômico aliado às melhorias sociais e baseado na universalidade da saúde, que envolve o também acesso à cultura e à representação política inclusiva e em consonância e harmonia com o meio ambiente.

Para isso, a sustentabilidade deve estar aliada a um imperativo ético reformista. O sistema interestatal capitalista necessita se reinventar para evitar sua autodestruição, tanto do meio ambiente quanto dos homens!

Historicamente, o capitalismo se recicla e se reconfigura. Em seu estágio atual, os rumos que as biotecnologias seguirão podem determinar a perpetuação ou a solução de alguns dos problemas da relação do homem com a natureza. A partir de um enfoque amazônico, a questão climática, da saúde humana, do acesso a bens e serviços, além da promoção da justiça socioambiental são os principais pontos que se colocam neste início de milênio.

Considerações Finais

Uma interpretação crítica da atual conjuntura do sistema interestatal capitalista favorece o entendimento de que o contexto no qual aparece a questão ambiental não obedece exclusivamente a uma constatação de base ecológica, mas sim imbuídos de caráter político e econômico. A preocupação ambientalista, sobretudo de países centrais e de corporações transnacionais poderosas não surge somente em razão de um sentimento legítimo devido aos impactos antrópicos ao crescente esgotamento dos recursos naturais, à possível escassez de água potável ainda na primeira metade desse século, à degradação de terras agricultáveis e à ameaça das mudanças climáticas que levou à ciência a reconhecer o *Antropoceno* como uma nova era geológica (BOFF, 2011; SACHS, 2011; ABRAMOVAY, 2013). Não obstante, também é repleta de interesses geopolíticos para frear o crescimento econômico da periferia, manter o *status quo* e a divisão internacional do trabalho, controlar vastas áreas estratégicas e como forma de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder.

Por meio de um contexto civilizatório contraditório e que conta com uma visão polarizada sobre o futuro ecológico global sob a constante ameaça das mudanças climáticas, inclusive com estudos difundidos por grande parte da academia sem a necessária comprovação científica, o meio ambiente e também a Amazônia foram colocados no centro do debate.

A ecologia, neste século, é um novo parâmetro da geopolítica mundial, que, por meio de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas, tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos (BECKER, 1992). Salienta-se que os países periféricos e os semiperiféricos, incluindo aí o Brasil, possuem fontes de biodi-

versidade de incalculável valor estratégico e econômico, elevadas taxas de crescimento econômico e redefinem a economia global neste início do terceiro milênio.

Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados com os países periféricos do sistema interestatal capitalista que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas grandes corporações econômicas e organizações político-sociais de, novamente na história, assumirem a liderança de um novo processo, chamado aqui de “ambientalização”. Há uma imposição ao restante do mundo de padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde, e também a mercantilização de elementos da natureza na lógica da globalização financeira neoliberal, como o REDD e o Mercado de Crédito de Carbono, que podem favorecer o enriquecimento daqueles que já possuem melhores condições socioeconômicas e já erradicaram a fome e a pobreza há mais de um século, que detêm elevado grau de industrialização e estão na ponta das inovações científicas e tecnológicas.

Investigou-se a imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de “ambientalização”. Constatou-se que a sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional, muito menos suas dificuldades econômicas e condições socioambientais, apontando para os outros interesses envolvidos nesta discussão, que ultrapassa uma consciência ecológica-legítima.

Atualmente, contudo, é consenso que a questão da preservação do meio ambiente depende, necessariamente, da erradicação da pobreza, do domínio de novas tecnologias e de uma ruptura total com o modelo de organização socioeconômica no qual vivemos.

O ambientalismo foi apropriado pela geopolítica dos Estados nacionais e das corporações econômicas. As Conferências das Nações Unidas sobre a temática formam um complexo debate entre os interesses dos Estados economias-nacionais e suas diferentes percepções na questão ecológico-econômica. O desenvolvimento sustentável, no fim dos anos 1980, e a economia verde, proposta a partir dessa década, são formas de readaptar o sistema capitalista às novas demandas ditas sustentáveis, evitando, contudo, modificar a raiz da questão da acumulação de poder. Não há respostas consistentes, tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental.

Nesse sentido, o Mercado de Carbono e o REDD são exemplos de políticas ambientais insustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico sob a luz da globalização financeira e também do ambiente. Ambas representam políticas e mecanismos regulatórios vinculados à mercantilização dos elementos da natureza. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, representam uma verdadeira imobilização e ingerências externas nos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros que podem poluir e se desenvolver ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema, apenas coloca limitações de crescimento econômico aos mais pobres.

Tal imposição sobre a Amazônia vem ocorrendo por variadas formas de pressão, que passam pela ideologia, envolvem a economia, a própria ciência e os movimentos sociais,

e também os organismos multilaterais, como as Nações Unidas. Buscou-se apresentar os riscos associados destes mecanismos regulatórios difundidos e as ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

Entretanto, o Brasil, por meio de suas ações “ecoagressivas” e por históricas tentativas desastrosas de ocupação e “desenvolvimento” regional, tornou-se um dos cinco maiores emissores de GEEs, dos quais, ano a ano, cerca de 60% resultam da mudança no uso do solo (tais como o desmatamento e as queimadas). Deste total, 67% ocorrem na Amazônia (IPAM, 2013).

Estas ações, por um lado, apontam para a incapacidade nacional de lidar com tamanha e tão complexa região, o que repercute negativamente no bem-estar de sua população por causa dos seus baixíssimos indicadores socioeconômicos e sanitário-ambientais. Por outro lado, a falta de um padrão de desenvolvimento que agregue valor à floresta em pé fornece subsídios a uma crítica ambientalista utópica e “primeiro-mundista” que, na lógica do pagamento para continuar poluindo em troca da captação de carbono, não rediscute e legitima as ações do modelo de produção hegemônico.

Dessa forma, o Brasil precisa imprimir saltos qualitativos em seu desenvolvimento autônomo e equilibrado com as necessidades socioambientais nacionais, elegendo a Amazônia como símbolo de um novo processo de desenvolvimento. A apropriação do patrimônio natural a partir de uma revolução socioeconômica amazônica, pautada no conhecimento da natureza, constituem formas autônomas de promover a salubridade ambiental e o bem-estar dos habitantes da região, amplamente esquecidos na discussão que colocou o bioma como guardião do futuro climático global.

Além disso, a Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento regional por meio de um novo modelo de desenvolvimento, de autonomia e de defesa da floresta que valorize o patrimônio natural e sociocultural. Uma integração regional sob a liderança brasileira poderia fortalecer um novo modelo de desenvolvimento que se contraporá à pressão ambientalista que reina sobre a região. Contudo, como visto, o que se expande é a devastação patrocinada pelos Estados nacionais sul-americanos. Considera-se, nessa investigação, urgente uma ruptura como o atual modelo econômico da região baseado na exportação de *commodities*.

O capitalismo se mantém forte e se reinventa por meio de um neoliberalismo “esverdeado” ou por um “*global new green deal*”. A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, busca afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas de realidades alheias – o desenvolvimento sustentável repaginado de economia verde exige necessariamente domínio de tecno(eco)logias – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza, perdurar as perversidades e os ganhos exorbitantes da especulação do capital financeiro, controlar recursos estratégicos e se apropriar da biodiversidade dos países menos desenvolvidos, e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho. Não há, contudo, críticas, tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental.

É preciso reconhecer que a Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. A questão é pensar “para quem” serve esse símbolo e o que está por trás da sua construção.

Agradecimentos

A longa orientação acadêmica e a amizade fraternal estabelecida com a Professora Emérita Bertha Koiffmann Becker (*In Memoriam*) foram questões que transformaram e, de certa forma, sempre resplandecerão em minha prática profissional. Bertha me deu a honra de ser minha orientadora de graduação e de mestrado e através de oito anos de contato pude aprender questões que ultrapassam os elementos teórico-metodológicos discutidos na relação orientador-orientando. O exemplo de vida, o papel enquanto intelectual, o poder crítico, a capacidade de inovação, a visão holística geográfica e o incansável profissionalismo foram algumas das heranças que esta incrível personalidade irradiou a todos aqueles que tiveram a felicidade de conviver com uma das maiores expoentes do pensamento geográfico contemporâneo. A ela dedico este simples artigo.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, R. O antropoceno e os limites da Terra. Artigo: Valor Econômico, 05 de março de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3031108/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra#ixzz2MfyQAZZn>

ACERO, L. *Pesquisas e terapias com células-tronco: governança, visões sociais e o debate no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BECKER, B. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geografia política. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Uma análise interdisciplinar*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992, v. 1, p. 127-152.

_____. Síntese do processo de ocupação da Amazônia – lições do passado e desafios do presente. In: FLEISCHFRESSER, V. (org.). *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001, v. 1, p. 5-28.

_____. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M; KOHLHEPP, G. (coords.). *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 15-22.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-308.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B; COSTA, F; COSTA, W. (Orgs.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. 1ª ed. Brasília, DF: CGEE, v. 1, 2009, p. 39-86.

_____. *Ciência, tecnologia e inovação. Condição do desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Série Tecnologia e Sociedade (MCT), v. 15, 2010, p. 15-34.

_____. *Ed. Especial Amazônia*. National Geographic Brasil, nº 134, 2011A.

_____. *Defendemos uma atuação social e ambiental responsável*. Entrevista: CSN, 2011B.

BECKER, B; EGLER, C. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOFF, L. *Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo*. São Paulo: Record, 2011.

BRUNTLAND, G. *et al. Nosso futuro comum*. ONU: 1987.

CALDAS, A; QUINTELA, S. Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20. In: Suplemento Especial. *Sustentabilidade e desenvolvimento: o que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

CAMPELLO, M. *A questão ambiental urbana e seus reflexos na saúde pública na Amazônia brasileira*. Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental: ENSP/Fiocruz, 2011.

GIFFIN, K. A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992, v. 2, p. 99-122.

HESS, D. *Alternative pathways in science and industry: activism, innovation, and the environment in an era of globalization*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.

IPAM. *REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal – REDD*. 3ª ed. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

MACHADO, L; PEITER, P; ROJAS, L. Doenças transmissíveis na faixa de fronteira amazônica: o caso da malária. In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p.257-272.

MEADOWS, D *et al. The limits of growth*. New York: Universe Books, 1972.

MOTA, J. *O valor da natureza: economia e política dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Campello, M.

NOGUEIRA-NETO, P. *Os grandes problemas ambientais do mundo contemporâneo*. São Paulo: IEA, p. 1-11, 1994.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1ª ed.1944. Edição de 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. *Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SACHS, I. Os desafios da Segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro. In: Suplemento Especial. *Sustentabilidade e desenvolvimento: o que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SZWARCOWALD, C; LEAL, M; JOURDAN, A. Mortalidade infantil: o custo social do desenvolvimento brasileiro. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992, v. 2, p. 252-278.

Recebido em: 29/11/2013 Aceito em: 15/12/2013